

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200601

DOI: 10.1590/18094449201600470014

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2016 by UNICAMP/PAGU. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade*

Regina Facchini**

Resumo

Este artigo contextualiza e apresenta as reflexões tecidas na mesa “Prazer e perigo: 30 anos de debate”, realizada por ocasião do “Seminário Internacional Repensando Gênero e Feminismos”, que celebrou, em setembro de 2014, os 20 anos do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp. Para tanto, procura situar em grandes linhas, os estudos em gênero e sexualidade no Brasil, focaliza a narrativa no modo como se entrelaçam articulações entre gênero e sexualidade na pesquisa sócio-antropológica e indica características específicas que marcam os estudos nessa vertente realizados pelo Núcleo, articulando-os às reflexões tecidas pelos autores convidados na ocasião. A contextualização é feita mediante apoio em pesquisa sobre o desenvolvimento do campo de estudos sobre mulheres, gênero, feminismos e/ou sexualidade no Brasil recente. Toma por base dados quantitativos de levantamento sobre grupos de pesquisa no país, situados a partir de pesquisa bibliográfica e entrevistas com professores e pesquisadores, de diferentes gerações, com destacado envolvimento na construção e no adensamento desse campo de estudos.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Interseccionalidades,
Produção Científica - Brasil.

* Recebido para publicação em 02 de maio de 2016, aceito em 02 de agosto de 2016. A organização deste debate e a pesquisa a partir da qual foram produzidos os dados citados ao longo deste artigo contaram com apoio do CNPq em diferentes momentos. A pesquisa “Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira: interseções, conexões e convenções”, processo 402556/2010-0, contou com apoio do CNPq, desdobrando-se no projeto “Estudos sobre gênero e sexualidade no Brasil: processos de mudança e de (co)produção de conhecimento”, processo 309474/2014-0, ainda em curso, também apoiada pelo CNPq. Agradeço às/aos pesquisadoras/es e professoras/es que contribuíram cedendo entrevistas à pesquisa, aos pesquisadores e bolsistas que nela trabalharam - Caroline Gorski Araujo, Marcelo Perilo, Marcelo Daniliauskas, Ana Cláudia Pilon, Ana Paula Araujo, Sarah Rossetti Machado e Rubens Mascarenhas Neto -, aos diálogos e trocas com os colegas Sérgio Carrara, Júlio Simões e Maria Filomena Gregori ao longo da preparação do debate e de sua publicação, e a Isadora Lins França, Iara Beleli e Carolina Branco de Castro Ferreira, que leram e comentaram versões deste texto.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, professora dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. Pesquisadora 2 do CNPq. re.facchini@gmail.com.

Na vida das mulheres, a tensão entre o prazer sexual e o perigo sexual é muito poderosa. A sexualidade é ao mesmo tempo um terreno de constrangimento, repressão e perigo e um terreno de exploração, prazer e ação. Centrar-se apenas no prazer, na gratificação, deixa de lado a estrutura patriarcal na qual atuam as mulheres. Entretanto, falar só da violência e da opressão sexuais deixa de lado a experiência das mulheres no terreno da atuação e da escolha sexual e aumenta, sem pretendê-lo, o terror e o desamparo sexual nos quais vivem as mulheres. (Vance, 1992 [1984]:1)¹

Com essas palavras, Carole Vance abria o influente artigo na coletânea *Prazer e perigo: explorando a sexualidade feminina*, publicada pela primeira vez em 1984 e resultante de um seminário realizado em 1982 no Barnard College em Nova Iorque. Esse evento – e especialmente as contribuições de Carole Vance e de Gayle Rubin, que se tornaram as mais conhecidas no Brasil – se converteu num marco extremamente influente nos estudos que articulam gênero e sexualidade em nosso país. Isso se aplica em particular ao trabalho que temos feito no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu.

Contribuir para uma reflexão acerca dos impactos, articulações e desdobramentos dos debates travados naquele momento sobre os estudos que articulam gênero e sexualidade no Brasil é o mote que levou à organização da mesa *Prazer e perigo: 30 anos de debate* no seminário *Repensando Gênero e Feminismos*, que celebrou os 20 anos do Núcleo de Estudos de

¹ Do original em inglês: “The tension between sexual danger and sexual pleasure is a powerful one in women’s live. Sexuality is simultaneously a domain of restriction, repression, and danger as well a domain of exploration, pleasure, and agency. The focus only on pleasure and gratificatin ignores the patriarchal structure in which women act, yet to speak only on sexual violence and oppression ignores women’s experience with sexual agency and choice and unwittingly increases the sexual terror and despair in which women live” (Vance, 1992:1).

Gênero Pagu. O debate ali travado tinha também por objetivo refletir sobre as relações entre produção científica e política que perpassam a constituição dessa vertente de estudos no Brasil.

Este artigo apresenta o debate proposto na ocasião e procura situar em grandes linhas, os estudos em gênero e sexualidade no Brasil. Focaliza a narrativa no modo como se constituem articulações entre gênero e sexualidade na pesquisa socioantropológica brasileira e indica singularidades que marcam os estudos nessa vertente realizados pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, articulando-os às reflexões tecidas pelos autores convidados. A contextualização é feita mediante apoio em pesquisa² que tenho produzido nos últimos anos sobre o desenvolvimento do campo de estudos sobre mulheres, gênero, feminismos e/ou sexualidade no Brasil recente. Toma por base dados quantitativos de levantamento sobre grupos de pesquisa no Brasil, situados a partir de pesquisa bibliográfica e entrevistas com professores e pesquisadores, de diferentes gerações, com destacado envolvimento na construção e no adensamento desse campo de estudos.

Trata-se, contudo, de um conhecimento localizado, nos termos de Haraway (1995). Sou ex-aluna de pós-graduação da Unicamp, formada pelas mãos de pesquisadoras do Pagu, sendo, desde 2010, pesquisadora do núcleo, e esta é uma reflexão

² Trata-se da pesquisa “Gênero e sexualidade na pesquisa e produção científica brasileira: interseções, convenções e conexões”, desenvolvida entre 2010 e 2012 no Pagu/Unicamp, a partir de apoio do CNPq. O estudo teve como objetivo geral traçar um perfil e contribuir para recuperar a história recente da pesquisa sobre mulheres, gênero, feminismos e/ou sexualidade no Brasil. Para tanto, trabalhou basicamente com sete fontes: 1) os grupos de pesquisa relacionados a tais temáticas no DGP do CNPq; 2) a plataforma de currículos Lattes; 3) os anais eletrônicos do maior evento científico temático no país, o Fazendo Gênero; 4) artigos publicados em cinco periódicos brasileiros exclusivamente dedicados aos temas; 5) documentos de referência para políticas públicas para mulheres, LGBT e Diretos Humanos em âmbito nacional; 6) entrevistas com pesquisadores com destacada atuação na constituição e no fortalecimento de tais estudos; e, 7) entrevistas com atores envolvidos em iniciativas de fomento à produção científica.

elaborada por ocasião da celebração de seu aniversário, com a finalidade de situar um debate. Tive, ainda, minha formação apoiada e influenciada por várias das estratégias formativas que constituíram o campo ao qual me refiro e, ao longo dos 20 anos a que me dedico a estudos que entrelaçam gênero e sexualidade, construí redes que possibilitam, mas também inserem limitações ao alcance da pesquisa. A narrativa aqui produzida tem um contexto de produção, um recorte específico e aproveita parte de um material de pesquisa muito mais amplo, que dá margem a muitas outras reflexões e recortes. Configura-se, assim, como uma narrativa entre outras possíveis.

Estudos sobre mulheres, gênero, feminismos e/ou sexualidade: contextualizando

As últimas décadas assistiram em âmbito internacional, mas também no Brasil, a um crescimento da preocupação com questões relacionadas a gênero e a sexualidade, abrangendo não apenas o campo das políticas públicas e dos movimentos sociais como também o campo acadêmico. Segundo dados de pesquisa que coordenei recentemente (Facchini; Daniliauskas; Pilon, 2013), no ano de 2011 havia 905 grupos de pesquisa relacionados a mulheres, gênero e/ou sexualidade ativos no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq.³

Olhar para esses dados exige alguns cuidados, sobretudo, porque boa parte desses grupos provavelmente não se percebe como integrando um campo de estudos de gênero e/ou sexualidade, não partilhando os mesmos circuitos acadêmicos e

³ Os dados do DGP/CNPq foram coletados entre novembro de 2010 e dezembro de 2011, incluindo as atualizações até então, e dizem respeito, portanto, aos grupos com cadastro ativo no período pesquisado. Para a busca foram usados os termos *gênero*, *mulher*, *feminismo*, *masculinidade*, *sexualidade*, *homossexualidade*, *homossexualismo*, *travestismo*, *transexualismo*, *travesti*, *queer*, *sexo*, *orientação sexual* e *educação sexual*. Verificou-se a possibilidade de estarem presentes seja no nome do grupo, nas linhas de pesquisa ou nas palavras-chave utilizadas, descartados os grupos nos quais gênero dizia respeito a taxonomia biológica ou a gênero literário.

conjunto de referências teóricas ou políticas, e porque há entre eles diferentes graus de envolvimento com tais temáticas, sendo que 1/3 deles (34,2%) atuava exclusivamente a partir de uma ou mais delas. Contudo, o olhar para as datas de formação declaradas indica, em acordo com a literatura (Grossi, 2010; Scavone, 2011), um processo de crescimento que se acentua a partir da virada do século: embora entre os cadastros ativos haja grupos de pesquisa cuja formação declarada data desde 1978, 24% declaram formação entre 1992 e 2001, e é entre 2002 e 2011 que teriam surgido 72,5% dos grupos atualmente existentes.

Há uma concentração considerável desses grupos em universidades públicas (85%) e sua distribuição regional acompanha de perto o modo como estão distribuídos os programas de pós-graduação pelo país⁴, com maior concentração na região Sudeste (38,7%), seguida pelas regiões Nordeste (27,3%), Sul (18,3%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,3%). Tais grupos estão presentes em todas as áreas do conhecimento, com predomínio nas Ciências Humanas (54,7%) e nas Ciências da Saúde (23,3%), sendo essas também as áreas em que estavam os grupos cuja data de formação era mais antiga. As Sociais Aplicadas (13,7%) e a área de Letras, Linguística e Artes (7,5%) passam a contar com grupos a partir dos anos 1990 e as demais áreas a partir dos anos 2000.

A maior parte dos grupos (71,6%) trabalhava com mulheres e/ou gênero sem menção nas ementas ou linhas de pesquisa à temática da sexualidade. Os grupos que mencionam a temática da sexualidade correspondem a 1/4 do total e dividem-se entre os que não mencionam gênero em ementas e linhas de pesquisa (5,5%) e os que explicitam um trabalho que inclui gênero e sexualidade (22,9%). A leitura das ementas, descrições e palavras-chave utilizadas mostra que, em relação à totalidade dos grupos encontrados, pouco mais de 1/3 (36,6%) descreveram a si mesmos

⁴ Análise considerando dados do GeoCapes para 2011, segundo a qual os grupos localizados no DGP/CNPq correspondem a uma proporção de 1 para cada 3 programas de pós-graduação no país, em média. Essa proporção tende a ser menor nas regiões que contam com mais programas de pós-graduação, especialmente sudeste e sul.

de modo que pudessem ser percebidos como trabalhando com gênero como categoria analítica e/ou com sexualidade a partir de uma abordagem que prioriza os sentidos social e historicamente construídos e as relações sociais e políticas em que se inserem. Contudo, quando se olha especificamente para os grupos que indicam trabalho concomitante com gênero e sexualidade, esse percentual se aproxima de 2/3. Considerando-se que se trata apenas de como o grupo pode ser percebido a partir de ementas e descrições de linhas de pesquisa, essa informação deve ser tomada com cautela, inclusive porque a pesquisa com mulheres frequentemente inclui a temática da sexualidade, ainda que não dê a isso maior destaque nas descrições. No entanto, a variação não deixa de ser digna de nota, especialmente se considerarmos que há concentrações disciplinares de cada uma das tipologias.⁵

Se os dados do DGP indicam o crescimento e a diversidade interna das iniciativas institucionalizadas de pesquisa, as entrevistas realizadas com pesquisadores envolvidos de modo marcante com a constituição e o fortalecimento do campo de estudos nos permitem maior aproximação a um campo propriamente dito. Embora não seja o caso de retomar aqui as estratégias formativas e os apoios que levaram à institucionalização e ao fortalecimento desse campo de estudos⁶ desde os esforços pioneiros da década de 1970, algumas de suas características centrais emergem das entrevistas realizadas com pesquisadores/professores e merecem destaque: 1) interlocução

⁵ Entre os grupos em que há indicação de trabalho com gênero e sexualidade de modo conjunto, nota-se a seguinte distribuição disciplinar: 23% estão na Educação, 13% na Antropologia, 12% na Psicologia, 12% na Saúde Coletiva, 6,5% na Enfermagem e 7% na História. Na distribuição geral, essas mesmas áreas do conhecimento apresentam os seguintes percentuais: 14,4% estão na Educação, 7,3% na Antropologia, 7,7% na Psicologia, 8,6% na Saúde Coletiva, 6,7% na Enfermagem e 9,8% na História. Enquanto cerca de 2/4 dos grupos em que gênero aparece claramente situado como categoria de análise estão situados na grande área das Ciências Humanas, cerca de 80% dos grupos que se referem exclusivamente a mulheres estão na grande área das Ciências da Saúde.

⁶ Para uma abordagem mais detalhada acerca do processo de institucionalização e fortalecimento desse campo, ver Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013).

entre estudos sobre sexualidade e sobre mulheres, gênero e feminismos; 2) o imbricamento, marcado por proximidades e tensões, entre pesquisadores e os movimentos feminista e LGBT. Além disso, é preciso levar em consideração o impacto da epidemia de HIV/aids; da expansão da pós-graduação no Brasil; da ação de fundações filantrópicas internacionais, especialmente a Fundação Ford⁷; e a ampliação da participação da sociedade civil, aí incluídas as universidades, nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no período pós-redemocratização, em especial na virada do século e na primeira década dos anos 2000.

Embora, como indicam Sergio Carrara e Júlio Simões (2007), os estudos em sexualidade não tenham passado por um processo de institucionalização em separado dos estudos de gênero no Brasil, estudos sobre *sexualidade, gênero e sexualidade, diversidade sexual e de gênero e/ou queer studies* têm crescido significativamente no Brasil nas últimas décadas. Desde a década de 1970, nota-se uma autonomização dos estudos sobre sexualidade em relação às preocupações relativas a identidade nacional e projeto de nação que marcaram a inserção inicial do tema no Brasil (Citeli, 2005). Era exatamente nesse período que os movimentos feminista e homossexual começavam a participar do cenário público brasileiro de modo mais incisivo, ainda durante a ditadura militar (Corrêa, 2001; Scavone, 2011; Grossi, 2010).

Nesse momento pioneiro, no entanto, como indicam os pesquisadores entrevistados, não havia estudos de gênero, nem de sexualidade e muito menos um campo. Tratava-se antes de tudo de estudos propiciados por um contexto intelectual de primeira expansão da pós-graduação no Brasil e por um ambiente de grande efervescência política e cultural. Pesquisadoras como Heleieth Saffioti e Eva Blay, movidas pela indignação e por meio de arranjos entre bibliografia feminista e marxista, produzem

⁷ Sobre o papel da Fundação Ford no fomento aos estudos de gênero e sexualidade no Brasil ver o texto de Cecília de Mello e Souza (2002) no livro sobre os 40 anos da Ford no Brasil.

análises pioneiras sobre a então chamada “situação da mulher”, ainda nos anos 1960⁸. A partir do contexto da antropologia, Peter Fry⁹ relata em entrevista, que o final da década de 1970 era marcado por um “clima” distinto: ao mesmo tempo em que havia a ditadura militar, havia também um “ethos de liberdade sexual perpassando o Brasil”, e “o próprio estilo de vida das pessoas demandava uma reflexão sobre essas questões” cuja abordagem era percebida como excluída do paradigma marxista predominante à época. Uma das abordagens então em voga dizia que “as regras que se impõem sobre o comportamento sexual em geral são generificadas”, tanto para relações entre pessoas do mesmo sexo quanto entre pessoas do sexo oposto.¹⁰

Além da produção articulando o que hoje entendemos como gênero e sexualidade, críticas à constituição de “guetos” fizeram com que pesquisadores como Peter Fry, Mariza Corrêa, Verena Stolcke e Nestor Perlongher, entre outros¹¹, dessem ênfase

⁸ Sobre o contexto de produção dessas contribuições pioneiras a partir da Universidade de São Paulo nos anos 1960, ver os depoimentos de Heleith Safiotti e Eva Blay em Grossi, Milella e Porto (2006). Embora os primeiros passos da pós-graduação no Brasil tenham se dado nos anos 1930 e o termo apareça pela primeira vez nos anos 1940, o grande impulso para a pós-graduação no país se dá nos anos 1960, a partir de convênios com a Fundação Ford (Santos, 2003).

⁹ Em entrevista concedida à pesquisa *Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira*, em 2012.

¹⁰ Esse tipo de reflexão, que recuperava contribuição de autores como Ruth Landes, marcou a produção da clássica contribuição de Fry (1982) aos estudos brasileiros sobre (homo)sexualidade.

¹¹ A reunião desse grupo de pesquisadores se deu a partir do processo de criação do Departamento de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e da constituição da área de Antropologia na graduação e na pós-graduação. Antônio Augusto Arantes (Arantes; Torres, 2008) relata a missão em busca, na Inglaterra, de professores doutores que pudessem se mudar para Campinas e trabalhar pela criação de uma área de conhecimento numa universidade então ainda nova. Assim chegavam a Campinas, em meados de 1970, Verena Stolcke e Peter Fry. Embora outras pesquisadoras ainda atuantes, como Mara Coelho Lago (Psicologia, UFSC), Claudia Fonseca (Antropologia, UFRGS), Bila Sorj (Sociologia, UFMG à época e atualmente UFRJ), Guacira

a inter-relacionar essas discussões em distintos âmbitos onde atuavam. Nas palavras de Mariza Corrêa¹²: “a gente tinha que aprender a pensar o que sentíamos”. Não havia então uma elaboração teórica sobre esse tipo de postura, mas tal sensibilidade favoreceu a apropriação posterior de textos e de teorias que chegaram ao país nos anos 2000 e estimulavam a realização de debates que inter-relacionam gênero, sexualidade, raça e outros marcadores sociais de diferença.

Se os estudos desenvolvidos no período têm uma marca, ela é dada pelo caráter explícito do hibridismo entre produção acadêmica e política: trata-se de sujeitos que movidos pela insubordinação, pelo fascínio ou pelo prazer de pensar alternativas de intervenção no mundo eram ao mesmo tempo pesquisadores e ativistas. Ativistas ao seu modo, declaradamente *marxistas* ou *essencialistas*, ou ainda movidos por uma crítica aguda à possibilidade de criação de “guetos” ou a explicações prontas que não permitissem ouvir o que diziam os “nativos” de suas pesquisas.

No entanto, se os estudos sobre mulheres existiam e continuam existindo sem que haja uma perspectiva feminista, é certo que, assim como hoje, havia clivagens e subdivisões, embora não correspondessem à ideia de campos científicos. Ainda que não houvesse tantas posições ou que elas não fossem tão explícitas quanto hoje, diferenciações e redes de afinidade sempre existiram, vide as diferenças entre as resistências a “guetos” nas falas e textos de Peter Fry e de Mariza Corrêa e os esforços de Luiz Mott por retirar a homossexualidade do código de doenças do Instituto Nacional de Previdência Social e por buscar o passado

Lopes Louro (Educação, UFRGS), Lia Zanotta Machado (Antropologia, UnB), entre outras, já fossem professoras contratadas em universidades públicas nos anos 1970, neste artigo, dado se tratar da apresentação de um debate realizado a propósito da comemoração dos 20 anos do Pagu, focalizamos a narrativa de modo a contribuir também para situar a constituição dos estudos de gênero e sexualidade na Unicamp.

¹² Em entrevista concedida à pesquisa Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira, em 2012.

dos homossexuais no período da inquisição no Brasil colonial. Como frisa Sérgio Carrara em artigo nesta edição, estava presente ali o mesmo embate entre perspectivas essencialistas e construcionistas que levavam ativistas a discutirem se as pessoas *eram* ou se *estavam* homossexuais. O que parece diferenciar o período que vivemos daquele em que emergiram os estudos pioneiros aos quais nos referimos é a multiplicação atual das classificações que os pesquisadores se autoatribuem, tendendo a relacioná-las a dadas filiações teóricas e linhagens. Ecoando em blogs e páginas de grupos de pesquisa ou perfis pessoais de pesquisadores e estudantes em redes sociais, num conjunto que no mínimo tem o tamanho dos 5.000 inscritos do último Seminário Internacional Fazendo Gênero, certamente elas podem parecer algo mais típico dos nossos tempos do que de fato o são.

É exatamente em meados dos anos 1980 que a noção de gênero chega ao Brasil. É também a partir desse período que categorias como *saúde reprodutiva*, *direitos reprodutivos*, *saúde sexual*, *sexualidade* e, mais recentemente, *direitos sexuais* e *políticas sexuais* vão aos poucos se agregando ao vocabulário de pesquisadores brasileiros. Parte dessas categorias, como *saúde sexual e reprodutiva*, *direitos reprodutivos* ou *sexualidade e saúde reprodutiva* fizeram um caminho que passa pela agenda internacional construída nas conferências das Nações Unidas e segue pelas mãos da filantropia internacional.

Desde os anos 1970, agências internacionais como a Fundação Ford e a Fundação MacArthur tiveram importante papel no fomento à realização de pesquisas e no incentivo a programas de formação de pesquisadores nos temas que nos ocupam. Os recursos dessas agências são fundamentais para quatro das principais estratégias formativas do campo de estudos de gênero e sexualidade: os concursos para bolsas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas¹³; o Programa de Metodologia de Pesquisa em

¹³ Desde 1974, há na Fundação Carlos Chagas a atuação de um Coletivo de pesquisas sobre Mulheres, que, a partir do Departamento de Pesquisas Educacionais, com o apoio da Fundação Ford, se constituiu como um importante núcleo aglutinador de pesquisadoras e feministas. O primeiro

Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva¹⁴; os concursos no Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (Prosare)¹⁵; e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos do IMS/UERJ¹⁶.

A segunda geração de entrevistados de nossa pesquisa é a que se tornou responsável pela articulação da maior parte das estratégias formativas citadas acima, além da Redor (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero) e da Redefem (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas). A Fundação Ford, a Fundação

concurso, que oferecia bolsas para pesquisar a situação da mulher no país, foi realizado em âmbito nacional em 1978 e apoiou 108 projetos, sendo posteriormente substituído pelo PRODIR (Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe), com foco na saúde reprodutiva (que ao longo do tempo passa a figurar como direitos sexuais e reprodutivos) e apoiado pela Fundação MacArthur (Corrêa, 2001; Azerêdo; Stolcke, 1991).

¹⁴ O Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, que nasceu em 1996 e contou com doze edições regionalizadas, treinou cerca de 200 pesquisadores de todo o país e concedeu mais de 100 bolsas de pesquisa, sob a organização do Instituto de Medicina Social (UERJ), do Instituto de Saúde Coletiva (UFBA), do Núcleo de Estudos de População (Unicamp), da Escola Nacional de Saúde Pública (Fiocruz) e do Instituto de Saúde (SES-SP), com apoio da Fundação Ford (Aquino et al, 2002).

¹⁵ A partir dos anos 2000, a Fundação MacArthur apoiou a realização de concursos no Programa de Apoio a Projetos em Sexualidade e Saúde Reprodutiva (Prosare) sob a liderança da Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) (Grossi, 2010).

¹⁶ O Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), projeto de extensão vinculado ao Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que também contou com o apoio da Fundação Ford, foi lançado em 2002, com o objetivo de produzir, organizar e difundir conhecimentos sobre a sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, por meio da promoção do diálogo entre a universidade, movimentos sociais e formuladores de políticas públicas na América Latina. Desde então, por meio da promoção de seminários, publicação de livros e de uma revista eletrônica, realização de pesquisas e cursos de formação e manutenção de um portal na internet, tem se constituído num dos principais dinamizadores dos estudos sobre sexualidade no Brasil.

MacArthur, o Ministério da Saúde e, mais recentemente, a Secretaria de Políticas para as Mulheres¹⁷ e o CNPq foram fartamente citados como apoiadores nos relatos dos pesquisadores que se institucionalizaram como professores em universidades públicas entre os anos 1980 e 90, sendo que entre pesquisadores que atuam na interface com a área da Saúde aparece também a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Esse conjunto de pesquisadores inclui sujeitos que eram jovens e começaram seus estudos universitários entre o período mais pesado da ditadura e a abertura política, sendo que parte deles relata algum tipo de envolvimento com partidos ou grupos de esquerda e, entre estes, parte acessou a esquerda via igreja ou colégios católicos. É também a primeira geração para a qual o termo ONG aparece nas entrevistas. As redes de relações traçadas a partir de nossa rede de entrevistados nesse momento envolvem pesquisadores do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Porto Alegre, Florianópolis e Brasília com uma trama mais densa e a relação entre alguns desses atores com Salvador e Natal¹⁸. As

¹⁷ A Secretaria de Políticas para as Mulheres que foi criada em 2003, durante a primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva no governo federal, e alcançou status de ministério, tinha então três linhas principais de ação, configuradas em secretarias: (a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. Em outubro de 2015, em meio a uma grave crise política e econômica no país, foi fundida a outros ministérios no Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

¹⁸ É importante destacar que essa é uma rede aproximada, dado que parte das relações de um conjunto restrito de atores. Além disso, há casos em que o trabalho pioneiro de pesquisadores se dá de modo relativamente isolado ou que é interrompido em dada localidade, como nos relatou em entrevista Miriam Grossi a respeito do trabalho de Zahidé Machado Neto, que atuou ainda nos anos 1970 na Bahia e cujo trabalho foi interrompido por seu falecimento em 1983, meses antes da criação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM (UFBA). Outro exemplo que o campo nos trouxe é o do Ceará, que contava com 25 grupos cadastrados no DGP em 2011 atuantes nos temas que nos ocupam, sendo todos formados após 1996 (apenas dois foram formados na segunda metade dos anos 1990 e os outros 23 surgem nas décadas de 2000 e

conexões internacionais envolvem principalmente os Estados Unidos, com destinos como Chicago, Berkeley e Boston, bem como França e Inglaterra.

É nas entrevistas de pesquisadores dessa geração que encontramos formulações mais amarradas sobre o processo de constituição de um campo ou de campos de estudos sobre gênero e/ou sexualidade no Brasil. Entre esses entrevistados não há dúvidas sobre o impacto da epidemia do HIV/Aids e do projeto de modernização da Fundação Ford – “eduquem as mulheres, o país avançará” – sobre a constituição desse(s) campo(s) de estudos. Em várias entrevistas, como as de Sérgio Carrara, Maria Luiza Heilborn e Ondina Fachel Leal¹⁹, aparece a ideia de processos paralelos de institucionalização que envolvem: 1) o campo mais propriamente político, dos movimentos sociais em sua relação com o Estado e o avanço da visibilidade e da legitimação dos direitos da mulheres e de LGBT, bem como a maior demanda pela elaboração de políticas públicas, e 2) o campo acadêmico, no qual há uma expansão das universidades públicas e da pós-graduação, a formação de uma geração de pesquisadoras/es nas temáticas que nos ocupam e passa a haver fomento por parte de órgãos como CAPES e CNPq.

Em sua entrevista, Sérgio Carrara²⁰ aponta ainda para um processo de legitimação social das temáticas como tendo um efeito de ampliação do espaço para que mais pesquisadores se

2010). Entre esses grupos, 10 estão situados na Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo todos fundados entre 2004-2010 e metade (5) alocados no Centro de Humanidades. No entanto, esse centro também abriga, desde 1978, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que possui uma produção regular de estudos acerca de mulheres, gênero e/ou sexualidade desde o surgimento dos cursos de mestrado e doutorado, com uma média de 1/10 das dissertações e 1/7 das teses em temas relacionados à nossa pesquisa no período que compreende 1978-2002 – de acordo com dados do catálogo de dissertações e teses organizado por Sulamita Vieira (2002).

¹⁹ Entrevistas concedidas para a pesquisa *Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira*, todas realizadas no ano de 2012.

²⁰ Idem à nota anterior.

dediquem a elas. Em outro plano, o envolvimento com a temática da sexualidade por parte de autores academicamente reconhecidos para além do campo de estudos que nos ocupa, como é o caso de Michel Foucault (1977), tende a colaborar para a compreensão de que gênero e sexualidade iluminam processos mais amplos da vida social, operando um deslocamento das temáticas das margens para o centro das reflexões disciplinares nas Ciências Sociais: “legitimação, visibilidade e institucionalização correspondem a processos que se retroalimentam” (Sérgio Carrara, entrevista, 2011). Reflexões nessa mesma direção foram tecidas por vários entrevistados dessa mesma geração. Um ponto a ser destacado a partir da entrevista de Carrara, cujas bases ficam mais explícitas em Carrara (2015), é a reflexão acerca de um processo de “desentranhamento” da sexualidade em relação ao campo da saúde, que favoreceria sua legitimação nas Ciências Sociais, e que vem acompanhado por um processo de imersão na área do direito.

Como consequência dos investimentos e das estratégias formativas desenvolvidas nos anos 1990, que também se articulavam a fortes demandas sociais, a primeira década dos anos 2000 é marcada por uma multiplicação dos grupos de estudos em gênero e/ou sexualidade sem precedentes no país e por sua expansão de modo mais consolidado pelas diversas regiões e áreas do conhecimento, pelo crescimento dos trabalhos apresentados em congressos disciplinares e interdisciplinares, como é o caso do Seminário Internacional Fazendo Gênero²¹, e pelo surgimento, em 2002, de uma associação de pesquisadores com foco nos estudos sobre homossexualidade, a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), que também passa

²¹ O primeiro Fazendo Gênero foi organizado em 1994 pelo Núcleo de Estudos de Gênero (NEG), criado em 1984, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A primeira edição contou com cerca de 100 participantes. Em nove edições, o Fazendo Gênero cresceu a ponto de, em 2010, haver mais de 4.300 trabalhos inscritos, tendo, a partir de 2000, passado a ser um seminário internacional (Scavone, 2011).

a organizar eventos nacionais²². É também o momento em que se amplia a quantidade de grupos de trabalho em congressos de associações científicas nacionais e em que surgem novos periódicos científicos do campo: além da *Revista Estudos Feministas* e dos *cadernos pagu*, criados na primeira metade da década de 1990²³, passamos a contar com outras publicações, como a revista *Gênero*, editada pelo Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2000; a revista *Bagoas*, editada pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 2007; e a revista *Sexualidad, salud y sociedad*, editada pelo CLAM/IMS/UERJ desde 2009. O conteúdo dessas e de outras publicações está atualmente disponível na internet, o que facilita e amplia o acesso à produção crescente do campo.

Alguns aspectos despontam como característicos da geração de pesquisadores que se institucionaliza na primeira década dos anos 2000: 1) a maior circulação pelo país, uma vez que muitas

²² Em seus 14 anos de existência, a ABEH organizou oito congressos, sendo que o oitavo ocorrerá em 2016. A partir da sexta edição, realizada em 2012 na cidade de Salvador (BA), a categoria “homocultura” é substituída no nome dos congressos, que passam a se denominar Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Tal modificação está relacionada às recentes mudanças apontadas por Simões e Carrara (2014) na direção da crítica ao uso da “homossexualidade” como categoria englobante para a diversidade sexual, que passa a ser tomada de modo mais amplo de forma a incluir práticas sexuais não circunscritas ao binário hetero-homossexual (Facchini; França; Braz, 2014), e a diversidade de gênero.

²³ “Data desse período a criação, na área, de duas publicações acadêmicas que mantêm edição regular e são bem classificadas em diferentes indicadores de qualidade: A Revista Estudos Feministas, que recebe substancial apoio da Fundação Ford para sua criação em 1992 e é editada em uma rede nacional cuja liderança está na UFRJ, passando pela UERJ e, posteriormente, sediada na UFSC, a partir de 1999; e cadernos pagu, que são editados pela segunda geração de pesquisadoras de gênero da Unicamp, reunidas institucionalmente no Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero Pagu [atual Núcleo de Estudos de Gênero Pagu] a partir do início dos anos 1990” (Grossi, 2010:296).

pessoas formadas em “centros” mais densa e tradicionalmente envolvidos com essas temáticas em âmbito nacional e internacional se institucionalizam fora desses lugares e pessoas que fizeram sua formação inicial ou já trabalham fora desses “centros” vão complementar sua formação neles; 2) o fato de terem trabalhado em suas teses e/ou dissertações com temas pertinentes ao campo em maior proporção que as gerações anteriores, em que era mais comum que os temas relacionados a gênero, e particularmente a sexualidade, emergissem com mais força na trajetória acadêmica após certa experiência de pesquisa; 3) o reconhecimento da importância de estabelecer diálogos com os movimentos sociais e órgãos e gestores governamentais, embora reconheçam as tensões que decorrem dessa aproximação; 4) a ampliação de temas de pesquisa, no campo dos direitos e da família/parentesco, e, sobretudo não necessariamente ligadas a questões relativas à epidemia de HIV/Aids; 5) a ampliação dos eventos dedicados ao debate de gênero, feminismos e/ou sexualidade de âmbito local e regional, como é o caso, entre muitos outros, do Enlaçando Sexualidades, organizado pelo Grupo de Pesquisa Enlace, a partir da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e parceiros, com periodicidade bienal desde 2009, que passam a coexistir com eventos regionais mais tradicionais, como, para manter o exemplo na mesma localidade, o Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) Sobre Mulher e Relações de Gênero, que teve sua 18ª edição organizada em 2015 pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); 5) a ampliação do alcance de parte dos eventos regionais, que passam a contar com a presença de estudantes e professores de várias regiões do país, e o surgimento de novos eventos interdisciplinares de caráter nacional/internacional, como é o caso do Desfazendo Gênero²⁴; e,

²⁴ O Seminário Internacional Desfazendo Gênero é um evento interdisciplinar criado a partir de pesquisadores e ativistas ligados aos estudos queer. A primeira edição do Desfazendo Gênero, ocorreu em Natal, em 2013, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, organizada pelo Núcleo Tirésias. A segunda

6) a multiplicação de publicações, entre as quais estão propostas como tão diversificadas como a *Revista Feminismos*, editada pelo Neim/UFBA desde 2013 e a *Periódicus*, editada pelo Grupo de Pesquisa Cus – Cultura e Sexualidade/UFBA desde 2014.²⁵

Conforme sublinhou Sérgio Carrara em entrevista para esta pesquisa:

A história dos campos é a história de seus objetos. Até a década de 1960, sexualidade era uma emanção de uma natureza masculina ou feminina, então falar de sexualidade era falar sobre gênero. [...] Posteriormente, houve uma cisão entre prática sexual e gênero.

Atualmente, viveríamos um período em que, ao menos no âmbito acadêmico, houve um “processo de autonomização” da sexualidade frente ao gênero e à saúde. Isso, no entanto, não implica, como também reforça esse entrevistado e a maior parte dos pesquisadores e pesquisadoras entrevistados, que não haja um diálogo constante entre tais estudos ou que esse diálogo não seja desejado e, muitas vezes, buscado; característica que, aliás, tem marcado os estudos sobre gênero e sobre sexualidade brasileiros, ao menos na produção das Ciências Sociais. Como salienta Miriam Grossi²⁶, “nós temos uma história de 40 anos de estudos em que gênero e sexualidade são integrados, porque os

edição ocorreu em Salvador, em 2015, na Universidade Federal da Bahia, com organização do Cus – Cultura e Sexualidade.

²⁵ A multiplicação de periódicos está relacionada também a uma mudança no mercado editorial científico brasileiro e nas políticas de ciência e tecnologia, com a crescente valorização do formato periódico. O caso do Neim/UFBA é um excelente exemplo dessas mudanças. Entre 1997 e 2015, o Neim editou a Coleção Bahianas, que contou com 17 volumes com excelente circulação. O objetivo da coleção, de acordo com a apresentação do primeiro volume, é “publicar estudos teóricos e monográficos que possibilitem uma análise crítica da condição feminina” sob uma perspectiva interdisciplinar. Os volumes da coleção estão todos disponíveis em: <http://www.neim.ufba.br/wp/publicacoes/>.

²⁶ Entrevista concedida para a pesquisa “Gênero e sexualidade na pesquisa e na produção científica brasileira”, em 2012.

estudos de sexualidade sempre se alimentaram de gênero, sempre foram produtores das reflexões sobre a diferença, sobre desigualdade, sobre violência”.

Estudos sobre gênero e sexualidade no Pagu

Em entrevista publicada recentemente, Adriana Piscitelli (Piscitelli; Paiva; Aquino, 2015) rememora o momento em que, no final dos anos 1980, se criou um grupo de estudos composto por professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e por Elisabeth Lobo, que era então professora da Usp, mas estava num período como professora visitante no Departamento de História da Unicamp. O grupo, que se configura em 1991 como Centro de Estudos, retomava inquietações presentes desde a realização, na década anterior, das “Semanas da Mulher” na Unicamp.²⁷ Esse grupo viria a dar origem ao Pagu, que se institucionaliza como núcleo de pesquisa interdisciplinar em 1993. Nesse mesmo ano é lançado o primeiro número dos *cadernos pagu* e é criada a área de Família e Relações de Gênero²⁸ no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Na entrevista, Piscitelli chama atenção para o contexto teórico a partir do qual emerge o núcleo e oferece pistas para pensar o modo como os estudos que articulam gênero e sexualidade se inserem nele:

²⁷ As “Semanas da Mulher” foram os primeiros encontros feministas da cidade de Campinas, organizadas pelo Coletivo Feminista de Campinas, nos anos de 1978 e 1979, do qual participavam várias das pesquisadoras, então estudantes de pós-graduação, que tomaram parte das discussões que deram origem ao que é hoje o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. O Coletivo Feminista de Campinas teve participação ativa nos encontros e seminários de mulheres no período. Documentação sobre o coletivo pode ser encontrada no Arquivo Edgard Leuenroth

[http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=112&Itemid=90 – acesso em: 20 dez. 2015].

²⁸ Em 2004, a área passa por um processo de reformulação a partir do qual passa a se chamar área de Estudos de Gênero.

A constituição do Pagu está associada a um “momento teórico” nos estudos feministas, quando várias autoras começam a trabalhar, numa linha pós-estruturalista, com a categoria gênero. Isso tornou possível que o Néstor se articulasse conosco. Ele pesquisava prostituição homossexual e, embora o referencial feminista “clássico” fosse importante para ele, não era suficiente, porque ele estava colocando questões que na ocasião não conseguíamos nomear, mas que se relacionavam com as novas concepções de gênero.

As temáticas do Pagu foram muito diversificadas; até hoje são. No entanto, parece que o que ficou mais visível foi a problemática da sexualidade. (...) Talvez a questão da sexualidade tenha se tornado mais visível porque, durante cinco anos, vários de nós, integrantes do Pagu, estivemos articulados em um projeto temático no qual o trabalho com sexualidade era muito forte. (...) O tema aglutinou muita produção; ao redor dele organizamos vários seminários e, assim, a questão da sexualidade ficou com maior destaque (Piscitelli; Paiva; Aquino, 2015:267-8).

Se a articulação entre gênero e sexualidade se tornou ao longo dos anos uma marca visível do trabalho desenvolvido pelo Núcleo e se faz presente em várias das mesas que tiveram lugar no Seminário Repensando Gênero e Feminismos, é preciso lembrar que tais articulações já se faziam presentes no trabalho de algumas das fundadoras do Pagu, a partir de trabalhos realizados entre os anos 1970 e 80. Em sua dissertação de mestrado, defendida em 1975 sob orientação de Verena Stolcke, Mariza Corrêa mobilizava a noção de “papéis sexuais” para pensar como os chamados “crimes passionais” se constituíam na passagem dos atos aos autos judiciais (Corrêa, 1983). Néstor Perlongher, que também participou do processo que levou à fundação do núcleo, em sua dissertação de mestrado sobre prostituição masculina, defendida em 1986 e orientada por Mariza Corrêa, cunhou o influente conceito de “tensões libidinais”, de modo a indicar as densas e tensas relações entre desejo e hierarquias sociais (Perlongher, 1987). Adriana Piscitelli, que era à época estudante de pós-

graduação e se tornaria a primeira pesquisadora contratada pelo núcleo após sua institucionalização, aponta a emergência da temática da sexualidade em campo para sua dissertação de mestrado sobre estratégias matrimoniais e amor entre famílias de estratos médios e altos em Minas Gerais, também orientada por Mariza Corrêa e defendida em 1990.

Piscitelli tem sido uma das responsáveis por articular à literatura feminista nacional e internacional os *insights* da geração de colegas que a precedeu na Unicamp acerca da articulação de categorias de diferenciação (Moutinho, 2014). Tais articulações ganham maior visibilidade a partir de seus trabalhos mais recentes acerca da prostituição e do mercado sexual e afetivo em âmbito internacional. Contudo, a leitura de trabalhos de outras pesquisadoras do Pagu, permite perceber que a articulação entre categorias de diferenciação é uma constante na trajetória do Núcleo: seja tematizando gênero e classe, gênero e idade/geração ou gênero e raça. A própria noção de “marcadores sociais de diferença” aparece pela primeira vez no Brasil num artigo de Mariza Corrêa (1996) que articula gênero, raça e, embora de modo menos diretamente explicitado, sexualidade, a partir da análise da construção social da figura da *mulata* no Brasil.

Se uma abordagem que hoje podemos chamar de interseccional em perspectiva construcionista (Piscitelli, 2008; Prins, 2006) já se enunciava nos trabalhos dos primeiros pesquisadores envolvidos no Pagu, que desde os anos 1970 articulavam gênero, sexualidade e outras categorias de diferenciação, é verdade também que essa articulação se dá de um modo singular. Trata-se de um olhar crítico em relação ao vitimismo e a reduções simplificadoras do tipo algoz *versus* vítimas, e que atravessa a produção que mobiliza gênero e sexualidade (ou erotismo) para abordar temáticas caras à pauta feminista como no caso da violência (Corrêa, 1983; Gregori, 1993a; Gregori, 1993b; Gregori, 2008; Gregori, 2015; Debert; Gregori, 2008) ou da prostituição e dos trânsitos envolvendo afeto, sexo e dinheiro (Piscitelli, 1996; 2004; 2008; 2009; 2011; 2013).

Penso que é exatamente nesse ponto que nos reencontramos com a referência à coletânea organizada por Vance (1992 [1984]) e aos contenciosos feministas em torno da sexualidade. Não se trata, contudo, de sugerir a adesão a um dos lados desses contenciosos, mas de reconhecer um diálogo produtivo, crítico e criativo com a literatura internacional e com questões que mobilizam a atuação política e a reflexão teórica dos feminismos. É dizer que a abordagem articulada de gênero e sexualidade do modo como tem sido feita no Pagu sempre buscou estar em sintonia com inquietações no campo feminista, mas também oferecer de volta contribuições para a prática feminista, seja a partir da divulgação dos resultados de pesquisas, participação em debates ou da publicação de artigos, traduções, dossiês e resenhas nas páginas dos *cadernos pagu*.

Esse modo de articular gênero e sexualidade ao qual nos referimos é também tributário do trabalho de várias outras pessoas e instituições no país, muitas das quais foram lembradas ao longo das falas por ocasião do seminário. Para começar, valeria a pena ressaltar o trabalho desenvolvido desde os anos 1970 no Departamento de Antropologia da Unicamp, a partir de Verena Stolcke, Mariza Corrêa e Néstor Perlongher, mas também de Peter Fry e Luiz Mott, bem como dos seus alunos e colegas e alunos de seus alunos ao longo dos anos. Vale lembrar também os diálogos críticos em relação à sexologia que vinham sendo desenvolvidos também por outros pesquisadores e centros de pesquisa no país, dos quais são exemplos os pesquisadores que, na passagem dos anos 1980 para os 90, constituíram o Instituto de Medicina Social da Uerj, os que se mobilizaram na Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids. Trocas importantes também tiveram lugar nos debates realizados no âmbito da Associação Brasileira dos Estudos de População (Abep) e nas crescentes oportunidades oferecidas pelas reuniões organizadas pela Associação Brasileira de Antropologia (Aba) e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). No início da década de 1990, período em que se dá a institucionalização do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu como um núcleo

interdisciplinar de pesquisa na Unicamp, como vimos, muitos outros núcleos e centros de pesquisa emergem no país e as possibilidades de troca se multiplicam, dificultando aqui a referência direta a cada um dos diálogos relevantes.

Embora sempre presente, a produção que articula gênero e sexualidade se adensa no Pagu com o projeto temático Gênero, corporalidades²⁹, coordenado por Mariza Corrêa e apoiado pela Fapesp entre 2003 e 2009, que possibilitou a articulação de nossas reflexões em torno das corporalidades, da prostituição, e dos trânsitos envolvendo afeto, desejo e dinheiro, dos erotismos contemporâneos e das relações entre envelhecimento e sexualidade. É muito importante também o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais. Entre as parcerias nessa

²⁹ De acordo com resumo do projeto, disponível no site do Pagu, temos os seguintes objetivos e eixos norteadores: “Neste projeto pretende-se analisar, à luz das questões introduzidas pelos estudos sobre gênero, como as características tidas como femininas e masculinas perpassam as convenções e normatizações sobre o corpo e como elas permeiam saberes e práticas. Nosso interesse é examinar técnicas e modificações corporais, prestando particular atenção ao plano no qual essas convenções se materializam nas relações sociais concretas, e considerando as seguintes problemáticas: orientações e práticas sexuais; idade e curso da vida; intervenções médicas sobre o corpo e marcas de distinção social no campo da cultura e da ciência. A intenção é investigar o que há de compartilhado em nossas sociedades quando se trata de pensar os corpos e suas configurações específicas, as corporalidades, tendo em vista discutir a visão cada vez mais disseminada do corpo como matéria plástica, capaz de “burlar” ou adiar as restrições que lhe são impostas no que ele tem de material, finito e frágil, por um lado; ou por outro, de ser adaptado e amalgamado a qualquer convenção culturalmente estabelecida. Pretende-se refletir como as convenções sobre a corporalidade informam práticas sociais e culturais específicas, ganhando significado na ‘produção’ dos corpos e suas implicações sobre as identidades sociais. Essas problemáticas gerais serão tratadas a partir de três eixos principais de investigação: 1) Práticas corporais, sexualidade e erotismo; 2) Plasticidade corporal, sexo e gênero; 3) Corpo, nome e marcas de distinção”. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/genero-corporalidades> –acesso em 12 dez 2015. O eixo que articulava mais diretamente gênero, sexualidade e erotismo contou, então, com pesquisas de Adriana Piscitelli, sobre mercados do sexo, de Júlio Simões, sobre envelhecimento e homossexualidade, e de Maria Filomena Gregori, sobre erotismos contemporâneos.

temática ganha destaque a que se estabeleceu com o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam/IMS/Uerj), levando, entre outras atividades, à organização e à publicação do seminário *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*, entre 2003 e 2004 (Piscitelli; Gregori; Carrara, 2004).

Acompanhando o movimento no campo de estudos de gênero e sexualidade no Brasil, do início dos anos 2000 para cá, também no Pagu, as reflexões iniciadas nos anos 1970 se multiplicam numa ampla gama de desenvolvimentos teóricos e recortes empíricos. Em entrevista recente (Piscitelli; Paiva; Aquino, 2015), Adriana Piscitelli aponta um conjunto de recortes empíricos que vê despontar entre os interesses de pesquisadores, pós-doutorandos e pós-graduandos ligados ao núcleo, que se desenrolam em torno da sexualidade na perspectiva da diversidade sexual e nas articulações com raça, gênero, geração, classe social e sexualidade, em recortes de pesquisa variados, envolvendo também migrações transnacionais e fronteiras; da abordagem dos novos feminismos, tanto no Brasil como no exterior, envolvendo dinâmicas de mobilização política e internet; das dinâmicas do cuidado, em escala transnacional; e, por fim, dos temas relacionados aos afetos e sentimentos e à articulação das emoções com economias sexuais.

A íntima relação entre a pesquisa e a formação – que se dá pelo acolhimento de projetos de iniciação científica e de pós-doutorado no âmbito do núcleo, mas também com a participação das pesquisadoras ligadas ao Pagu em programas de pós-graduação, especialmente no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp – tem amplificado esses desenvolvimentos. Hoje, com os processos de ampliação da universidade pública no Brasil, temos pesquisadoras/es e professoras/es formadas/os a partir do Pagu ou de sua articulação aos programas de pós-graduação na Unicamp espalhados por todas as regiões do país.

Interseções entre gênero, sexualidade e erotismo e entre ciência e política: apresentando o debate

O objetivo da mesa que deu origem aos artigos que se seguem é retomar um pouco a trajetória dessa vertente de estudos – em âmbito nacional, mas também de suas principais influências em âmbito internacional – que articula gênero e sexualidade de modo atento aos prazeres, mas também aos perigos e hierarquias, apontando tendências e debates e sublinhando as relações que se estabelecem entre ciência e política.

Em sua contribuição ao debate, *A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil*, Sérgio Carrara (2016) toma a implicação da antropologia no processo de cidadanização da homossexualidade como “matéria privilegiada para a reflexão mais geral sobre o ‘comércio’ realizado nas fronteiras entre política e ciência”, de modo a refletir sobre as “diferentes formas de conflito e cooperação” que se dão “nesse espaço de intenso ‘tráfico’ de pessoas, ideias, linguagens, preocupações e, principalmente, de legitimação mútua”. Sua reflexão toma por base dois momentos em que se evidenciam tal “tráfico” e dificuldades de distinguir, senão por processos de “depuração a posteriori”, entre os atores quais são “ativistas”, “gestores” ou “acadêmicos”. O primeiro momento se dá entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980, quando remete à atuação de vários antropólogos em situações sociais relacionadas ao início da organização do então movimento homossexual brasileiro. O segundo, nos anos 2000, a partir de suas próprias experiências de pesquisa, a partir do lugar de quem nunca se definiu como ativista ou participou de modo mais orgânico do movimento LGBT, embora tenha procurado trabalhar em diálogo com ativistas, atores governamentais e estatais vinculados ao tema. Sua análise acerca das fluidas fronteiras entre ativismo e reflexão acadêmica e sobre como, na prática, se constrói o conhecimento dos antropólogos tem muito a dizer sobre um dos traços marcantes que emerge do conjunto de entrevistas de minha pesquisa sobre o campo de estudos em gênero e sexualidade no

Brasil. Diz bastante também sobre o processo que levou ao desenvolvimento de um olhar bastante singular para a articulação entre categorias de diferenciação social, que marca a perspectiva presente até hoje no Pagu, ao qual Mariza Corrêa se refere como tendo origem em uma necessidade de “aprender a pensar o que sentíamos”.

Em *O Brasil é um paraíso sexual – para quem?*, Júlio Simões (2016) dialoga diretamente com a perspectiva aberta pela coletânea organizada por Vance (1992), tomando como mote reflexões de Donna Goldenstein, antropóloga norte-americana que pesquisou no Brasil, acerca do modo como desigualdades de gênero se expressariam em relação a sexualidades e sobre como os estudos sobre sexualidade no país teriam lidado com isso. Tecendo uma instigante discussão que articula imagens contrastantes de brasilidade relacionada à sexualidade, mobiliza literatura clássica e contemporânea nos estudos de gênero no Brasil desde os anos 1970. Sem ceder a tomar tais imagens como contrapostas, lança mão da ideia de “verdades parciais” acerca da sexualidade no Brasil. Nessa direção, além de refletir sobre representações acerca do Brasil e o modo como estudos de gênero e sexualidade (em vertentes que se debruçam sobre relações heterossexuais ou homossexuais como objetos empíricos) lidam com a tensão constitutiva entre prazer e perigo, o artigo se move por relações entre ciência e política e sobre o modo como, no Brasil, determinadas linhas de estudos sobre gênero e sexualidade estabeleceram uma relação produtiva e criativa com a literatura internacional, com contribuições específicas que prenunciam e oferecem formulações bastante inovadoras ao debate internacional. Além disso, articula reflexões acerca de como estudos sobre sexualidade têm lidado com contextos políticos conservadores no Brasil da ditadura e nos dias de hoje e nos EUA dos anos 1980.

Maria Filomena Gregori (2016) contribui para o debate com o artigo *Prazeres Perigosos: práticas eróticas e limites da sexualidade*, a partir de uma reflexão acerca dos erotismos contemporâneos, sobretudo, “no que elas permitem decifrar

articulações entre práticas sexuais, normas de gênero e limites da sexualidade (isto é, a zona fronteira onde habitam norma e transgressão, consentimento e abuso, prazer e dor)”. Em sintonia com os traços aqui descritos como característicos da perspectiva que marca a produção do Pagu, atenta às articulações entre categorias de diferenciação e crítica ao vitimismo, o artigo estabelece um diálogo produtivo com os contenciosos feministas em torno da violência e das relações entre gênero e sexualidade. É vigorosa a perspectiva tecida no diálogo teórico com um conjunto de estudos brasileiros que exploram os chamados limites da sexualidade e com formulações acerca das políticas sexuais e do dispositivo de sexualidade nas sociedades contemporâneas, em especial a brasileira. Nesses diálogos, Gregori sinaliza o deslocamento daquilo que caracterizava as experiências e formas de erotismo no marco da vertente em que se situa a clássica contribuição da coletânea organizada por Vance no início dos anos 1980 para “novas semânticas e práticas de erotização dos corpos e dos riscos envolvidos a partir das fronteiras que colocam em tensão e disputa os termos do consentimento e da vulnerabilidade” (Gregori).

Sem nenhuma pretensão de esgotar o debate, mas, ao contrário, de estimular diálogos e reflexões, o conjunto de contribuições dá mostras do vigor da produção intelectual brasileira que articula gênero e sexualidade, da perspectiva crítica que tem marcado a produção nessa vertente no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e do diálogo produtivo e criativo que tem se estabelecido com a literatura internacional, assinalando sua longevidade.

Referências bibliográficas

- AQUINO, Estela Maria Leão de *et al.* Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva – uma proposta de formação interdisciplinar em pesquisa. In: BARBOSA, R. M. *et al.* *Interfaces – Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas, Ed. Unicamp, 2002, pp.9-21.

- ARANTES, Antônio Augusto; TORRES, Lilian de Lucca. Entrevista: Antônio Augusto Arantes. *Ponto Urbe* [Online], 3, 2008 [<http://pontourbe.revues.org/1804>].
- AZEREDO, Sandra, STOLCKE, Verena. (Coord.). *Direitos reprodutivos*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1991.
- CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, vol. 21, nº2, Rio de Janeiro, ago. 2015, pp.323-345.
- _____. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *cadernos pagu* (47), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2016.
- _____; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *cadernos pagu* (28), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007, pp.65-100.
- CITELI, Maria Teresa. *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica*. Rio de Janeiro, CEPESC, 2005.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.
- _____. Sobre a Invenção da Mulata. *cadernos pagu* (6-7), Campinas, Núcleo de Estudos do Gênero-Pagu/Unicamp, 1996, pp.35-50.
- _____. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *cadernos pagu* (16), Campinas, Núcleo de Estudos do Gênero-Pagu/Unicamp, 2001, pp.13-29.
- FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 44, nº1, Fortaleza, 2013, pp.161-193.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; BRAZ, Camilo. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. *cadernos pagu* (42), Campinas, Núcleo de Estudos do Gênero-Pagu/Unicamp, 2014, pp.99-140.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp.87-115.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo; Paz e Terra; ANPOCS, 1993a.
- _____. As desventuras do vitimismo. *Revista Estudos Feministas*, nº1, Rio de Janeiro, 1993b, pp.143-149.
- _____. Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. *Revista de Antropologia*, vol. 51, nº2, São Paulo, 2008, pp.575-606.
- _____. Prazeres perigosos: o contrato e a erotização de corpos em cenários sadomasoquistas. *Etnográfica* 19(2), Lisboa, 2015, pp.247-267.
- _____. Prazeres Perigosos: práticas eróticas e limites da sexualidade. *cadernos pagu* (47) Campinas, Núcleo de Estudos do Gênero-Pagu/Unicamp, 2016.
- DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 23, nº66, 2008, pp.165-185.
- GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, Sexualidade e Reprodução: A constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil. In: MARTINS, C. B.; DUARTE, L. F. D. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo, Anpocs, 2010, pp.293-340.
- GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozeli (orgs). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2006.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *cadernos pagu* (42), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2014, pp.201-248.

- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo, Brasiliense, 1987
- PISCITELLI, Adriana. *Amor, paixão e casamento*. Escolha de cônjuge em famílias de camadas médias e altas numa cidade do sul de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1990.
- _____. Sexo Tropical. Comentários sobre gênero, raça e outras categorias de diferenciação social em alguns textos da mídia brasileira. *Revista Estudos Feministas*, vol. 6/7, Florianópolis, UFSC, 1996, pp.9-35.
- _____. On “gringos” and “natives”: gender and sexuality in the context of international sex tourism in Fortaleza, Brazil. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology* (4), vol. 1, Brasília, 2004, pp.87-114.
- _____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura* (11), Goiânia, nº2, 2008, pp.263-274.
- _____. As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, vol. 1, Rio de Janeiro, 2009, pp.177-201.
- _____. Actuar la brasileñidad? Tránsitos a partir del mercado del sexo. *Etnográfica* 15 (1), Lisboa, 2011, pp.5-29.
- _____. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. *Contemporânea* (3)- Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos-SP, 2013, pp.377-405.
- _____.; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (org.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- _____.; PAIVA, Antonio Cristian Saraiva; AQUINO, Jania Perla Diógenes de. Entre Jóias de Família, trânsitos internacionais e a Praia de Iracema: uma instigante trajetória de pesquisa. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 46, nº1, Fortaleza, 2015, pp.261-286.
- PRINS, Baukje. Narrative accounts of origins: a blind spot in the intersectional approach? *European Journal of Women's Studies*, vol. 13, nº3, 2006, pp.277-290.

- RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, Carole (ed.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. London, Pandora Press, 1992[1984], pp.267-319.
- SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, vol. 24, nº83, Campinas, 2003, pp.627-641.
- SCAVONE, Lucila. Ciência e Militância: os estudos de gênero no Brasil. In: XXV Encontro Anual da ANPOCS, 2011, Caxambu. 35º Encontro Anual da ANPOCS/Textos Completos, 2011 [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=992&Itemid=353], acesso em: 12 dez 2015].
- SIMÕES, Júlio. O Brasil é um paraíso sexual - para quem? *Cadernos Pagu* (47), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 2016.
- _____; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *cadernos pagu* (42), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, jun. 2014, pp.75-98.
- SOUZA, Cecília de Mello e. Dos estudos populacionais à saúde reprodutiva. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (org). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo/Rio de Janeiro; Edusp, 2002, pp.131-164.
- VANCE, Carole. Pleasure and danger: toward a politics of sexuality. In: _____ (ed.). *Pleasure and Danger: exploring female sexuality*. London, Pandora Press, 1992[1984], pp.1-27.
- VIEIRA, Sulamita (org.). *Catálogo de dissertações e teses: 1978-2002*. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2002.